

# Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital

## Pilar III



## INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar as informações do Conglomerado Prudencial Rodobens para atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil, através da Circular 3.678, de 31/10/2013, que dispõe sobre a divulgação de informações de natureza qualitativa e quantitativa relativas à Gestão de Riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR).

A Diretoria do conglomerado prudencial Rodobens, por delegação do Conselho de Administração, é responsável pela condução dos negócios, pela divulgação das demonstrações financeiras, pela compreensão dos riscos que possam impactar o capital, pelo acompanhamento contínuo das atividades de gerenciamento de riscos e pela divulgação das informações sobre o gerenciamento de riscos.

Para informações suplementares às apresentadas neste relatório, consultar os demais documentos de acesso público disponíveis em [http://www.rodobens.com.br/GrupoVerdi/rodobensbanco/quem\\_somos.jsp](http://www.rodobens.com.br/GrupoVerdi/rodobensbanco/quem_somos.jsp).

## PERFIL CORPORATIVO

As atividades das Empresas Rodobens tiveram origem em 1949, na cidade de São José do Rio Preto (SP), onde até hoje está localizada sua sede. Atualmente, além do Banco, possui operações em diversos segmentos, tais como construção civil, revendas de veículos e caminhões, consórcios, leasing & locação e corretora de seguros. O grupo tem uma forte cultura de integração entre suas empresas.

## **RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III**

O Banco Rodobens tem como foco o financiamento à compra de veículos pesados ou leves de clientes da rede de concessionárias do grupo. Suas operações são integradas e realizadas por meio das 48 (quarenta e oito) revendas do grupo. Ainda, o banco atua no segmento de financiamento a empreendimentos imobiliários e, recentemente, passou a operar financiamento imobiliário para pessoa física com recursos do FGTS e SFI.

### **Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital**

A estrutura de gerenciamento de riscos da Rodobens atende as regulamentações do Banco Central do Brasil, alinhada as melhores práticas de mercado e está habilitada para medir, monitorar e mitigar a exposição aos riscos, sendo compatível com a natureza e a complexidade de suas operações.

Tendo como objetivo organizar o processo decisório, definindo os métodos que estabelecem o apetite de risco, níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio, vinculando este apetite de risco com as fontes do retorno financeiro pretendido.

A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes que produzem os riscos inerentes às linhas de negócio do conglomerado, agrupados nas seguintes categorias de riscos: mercado, liquidez, crédito, operacional e capital.

A Rodobens adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- I. Visão consolidada de riscos;
- II. Compatibilização entre apetite de risco, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- III. Segregação funcional das áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;

## RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III

- IV. Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado; e
- V. Envolvimento da Alta Administração.

A Instituição dispõe do Comitê de Riscos, que tem por objetivo dar tratamento aos principais pontos de riscos nos processos, de forma a assessorar a Administração na gestão de riscos.

O Comitê de Gestão tem em sua pauta permanente o gerenciamento de riscos, com a atribuição de monitorar os principais indicadores de exposição e deliberar sobre os assuntos sob sua alçada, de acordo com o grau de relevância e impacto do tema, garantindo o alinhamento da gestão de riscos à estratégia do negócio.

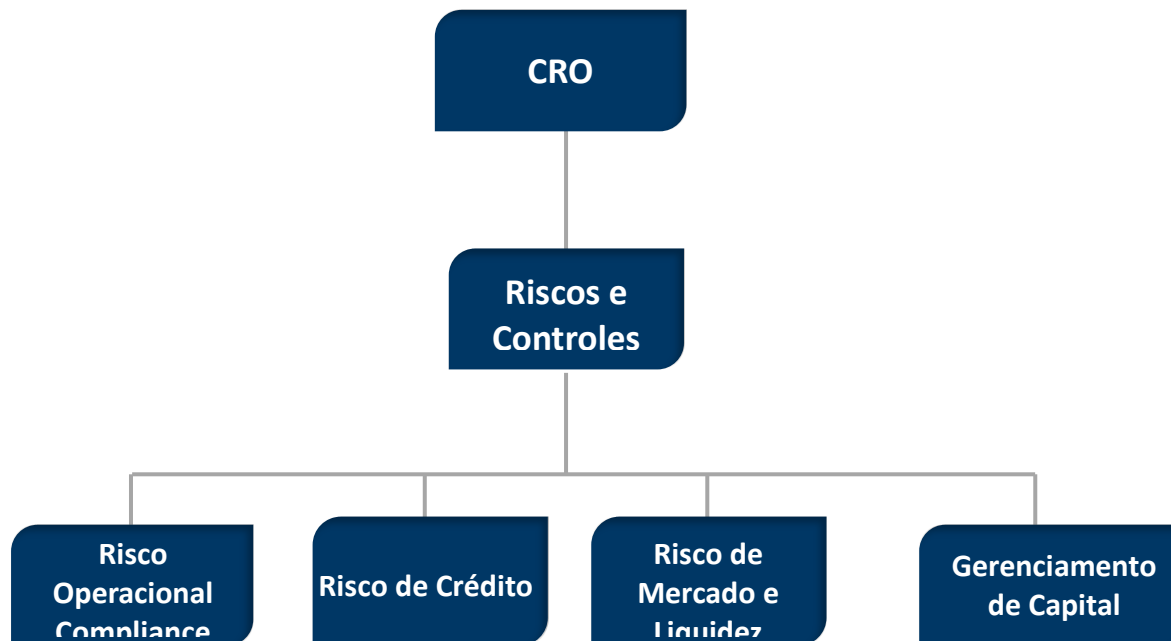


Figura 1 – Organograma da Estrutura de Riscos e Capital da Rodobens

## **RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III**

### **RISCO DE CRÉDITO**

Define-se “Risco de Crédito” como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

### **POLÍTICA**

As políticas relacionadas ao processo de concessão de crédito e de cobrança consideram as características e perfil de clientes Rodobens, ou seja, clientes que estabelecem relacionamento com as diversas Unidades de Negócios do Grupo Empresarial, criando, assim, lastro de cadastro compatível com o perfil específico de negócios realizados pelo Banco. Este aspecto permite à Instituição ter elementos históricos de comportamento de crédito de clientes em potencial. As políticas ainda estabelecem regras definidas e aprovadas e abrangem entre outros, os seguintes aspectos: informações cadastrais, comprometimento de renda, capacidade de pagamento, produto, prazo, percentual de entrada, garantia, análise julgamental, régua e ações de cobrança.

### **MONITORAMENTO**

A avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita, ainda, a definição de regras de monitoramento de risco de crédito diferenciadas em função das características dos clientes, produtos e garantias da operação. Para controle e gerenciamento de risco de crédito são consideradas, principalmente, a qualidade (classificação e avaliação dos clientes) e a composição e concentração da carteira (por cliente, grupo econômico, região de atuação, setor de atividade, produto, maiores devedores, safra entre outros).

## **RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III**

O monitoramento atua na mitigação do risco de crédito, por meio do acompanhamento dos indicadores de inadimplência, comprometimento junto ao mercado e da identificação de novos componentes que ofereçam riscos, bem como o monitoramento dos maiores riscos.

Além disso, há o acompanhamento de oscilações de Saldo Devedor x índice de inadimplência, evolução no tempo sobre este último x valor tomado no mercado, além de acompanhar a classificação de risco baseada em proximidade de valores financiados e comprometimento no mercado. Eles permitem uma noção mais abrangente de condições passíveis de manutenção de monitoramento ou de medidas assecuratórias do crédito, que podem passar por análise de novas garantias, abordagem pré-renegociação ou limitação de novas concessões.

São realizados testes de estresse e sensibilidade para análise do comportamento da carteira em situações extremas e, considerando o impacto financeiro nas atividades do Banco e a adequação de capital regulamentar.

Os resultados gerados pelo teste de estresse são avaliados pela diretoria, e se for o caso, o Banco poderá revisar sua política de concessão de crédito ou contingenciar linhas de negócios.

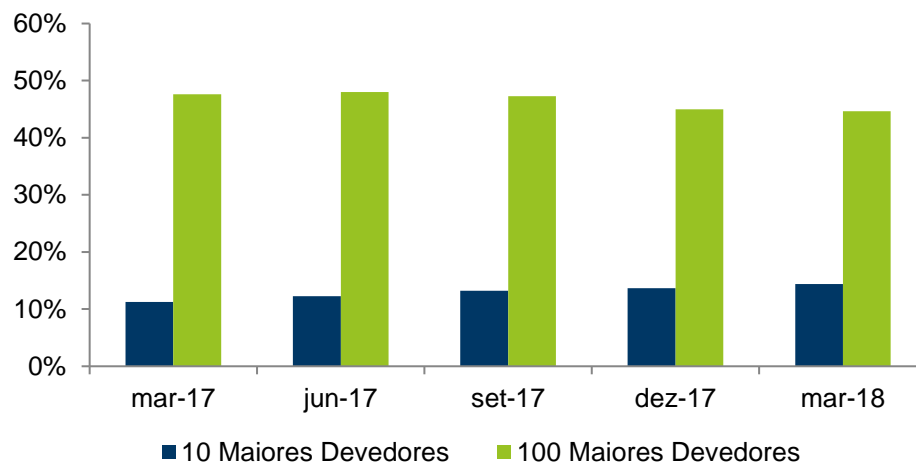
## **EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO**

Em conformidade com o artigo 7º da Circular 3.678/2013 do Banco Central do Brasil, apresentamos as informações relativas às exposições ao risco de crédito:

<b>Valor Total das Exposições e Valor da Exposição Média no Trimestre - Por Tipo de Exposição</b>					
<b>Valores em R\$ Milhares</b>	<b>mar-17</b>	<b>jun-17</b>	<b>set-17</b>	<b>dez-17</b>	<b>mar-18</b>
PF - Consignado	713	416	260	168	88
PF - Veículos e Arrendamento Mercantil	229.068	226.846	228.999	234.997	238.766
PF - Financiamento Habitacional	30.339	46.108	59.513	68.374	63.040
PF - Outros	15.873	12.777	17.301	42.394	67.095
PJ - Veículos e Arrendamento Mercantil	506.286	468.465	451.028	438.379	439.362
PJ - Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	69.465	56.333	50.808	52.646	46.657
PJ - Financiamento Habitacional	472.699	441.344	395.470	344.073	324.592
PJ - Outros	27.047	22.353	25.613	26.640	36.087
<b>Total da Exposição da Carteira</b>	<b>1.351.490</b>	<b>1.274.642</b>	<b>1.228.992</b>	<b>1.207.671</b>	<b>1.215.687</b>
<b>Exposição média do Trimestre</b>	<b>1.379.795</b>	<b>1.302.584</b>	<b>1.226.695</b>	<b>1.205.774</b>	<b>1.215.169</b>

<b>Maiores Clientes em Relação à Carteira</b>					
<b>Percentual de Exposição</b>	<b>mar/17</b>	<b>jun/17</b>	<b>set/17</b>	<b>dez/17</b>	<b>mai/18</b>
10 Maiores Devedores	11%	12%	13%	14%	14%
100 Maiores Devedores	48%	48%	47%	45%	45%

### Maiores devedores





## RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III



### Distribuição por Setor Econômico e Região - 29/03/2018

Setor Econômico - Valores em R\$ Milhares	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Total geral
PF - Consignado	-	73	-	-	-	73
PF - Veículos e Arrendamento Mercantil	1.731	234.425	1.214	3.973	1.658	243.002
PF - Financiamento Habitacional	-	63.455	-	-	-	63.455
PF - Outros	-	66.854	-	-	-	66.854
PJ - Veículos e Arrendamento Mercantil	-	428.897	2.777	2.631	2.063	436.367
PJ - Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	-	45.939	-	-	-	45.939
PJ - Financiamento Habitacional	-	320.406	-	-	-	320.406
PJ - Outros	-	35.822	-	-	-	35.822
<b>Total Por Setor Econômico</b>	<b>1.731</b>	<b>1.195.870</b>	<b>3.991</b>	<b>6.604</b>	<b>3.721</b>	<b>1.211.917</b>

### Distribuição por Setor Econômico e Tipo de Exposição - 29/03/2018

Setor Econômico - Valores em R\$ Milhares	Indústria	Comércio	Rural	Serviços	Pessoa Física	Habitação	Total geral
PF - Consignado					88		88
PF - Veículos e Arrendamento Mercantil					238.766		238.766
PF - Financiamento Habitacional					63.040		63.040
PF - Outros					67.095		67.095
PJ - Veículos e Arrendamento Mercantil	18.433	98.748	6.642	313.943		1.596	439.362
PJ - Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	1.726	2.123	-	19.915		22.893	46.657
PJ - Financiamento Habitacional	-	806	-	1.931		321.855	324.592
PJ - Outros	812	10.980	212	14.118		6.195	32.317
<b>Total Por Setor Econômico</b>	<b>20.971</b>	<b>112.657</b>	<b>6.854</b>	<b>349.907</b>	<b>368.989</b>	<b>352.539</b>	<b>1.211.917</b>

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III



**Prazo a Decorrer das Operações - Por Tipo de Exposição - 29/03/2018**

Valores em R\$ Milhares	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos
PF - Consignado	56	(3)	13	-
PF - Financiamento Habitacional	13.473	9.481	36.585	1.248
PF - Outros	6.464	4.904	35.058	19.390
PF - Veículos e Arrendamento Mercantil	105.935	69.426	48.614	1.444
PJ - Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	19.309	12.195	11.189	422
PJ - Financiamento Habitacional	236.056	46.221	4.552	107
PJ - Outros	10.796	3.722	11.211	7.778
PJ - Veículos e Arrendamento Mercantil	174.231	121.087	119.056	1.676
<b>Total</b>	<b>566.320</b>	<b>267.033</b>	<b>266.278</b>	<b>32.065</b>

**Distribuição por Faixa de Atraso Por Setor Econômico - 29/03/2018**

Valores em R\$ Milhares	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias
Indústria	181	4	19	-	-
Comércio	488	47	186	70	-
Habitação	93	14	791	-	-
Rural	30	12	-	-	-
Serviços	2.123	414	908	180	-
Pessoa Física	1.605	359	685	223	6
<b>Total</b>	<b>4.520</b>	<b>850</b>	<b>2.589</b>	<b>473</b>	<b>6</b>

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III



Distribuição por Faixa de Atraso e Região - 29/03/2018					
Valores em R\$ Milhares	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias
Norte	10	-	-	-	-
Nordeste	45	7	32	14	-
Centro-Oeste	6	-	4	1	-
Sudeste	4.439	840	2.545	458	6
Sul	20	3	8	-	-
<b>Total</b>	<b>4.520</b>	<b>850</b>	<b>2.589</b>	<b>473</b>	<b>6</b>

Operações Baixadas para Prejuízo no 1º Trimestre/18						
Valores em R\$ Milhares	Indústria	Comércio	Rural	Serviços	Pessoa Física	Habitação
Operações baixadas para prejuízo	-	681	-	981	1.117	2.302

Montante de Provisões para Perdas no Trimestre por Setor Econômico - 29/03/2018						
Valores em R\$ Milhares	Indústria	Comércio	Rural	Serviços	Pessoa Física	Habitação
Saldo Inicial - jan/2018	218	1.965	38	8.403	6.836	29.238
Constituição Provisão	-	225	25	(666)	1.786	3.733
Baixas para prejuízo	0	(681)	-	(981)	(1.177)	(2.302)
<b>Saldo Final Provisão - mar/2018</b>	<b>218</b>	<b>1.509</b>	<b>63</b>	<b>6.756</b>	<b>7.505</b>	<b>30.669</b>

## RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III

Valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas do Conglomerado Prudencial.

Risco de Crédito da Contraparte						
Valores em R\$ Milhares	dez/16	mar/17	jun/17	set/17	dez/17	mar/18
Com atuação de câmaras	251.615	180.095	109.745	131.788	213.762	179.491
Sem atuação de câmaras	2.479	3.479	2.241	1.027	176	1.383

Valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos, operações compromissadas, desconsiderados os valores positivos relativos a acordos de compensação.

Risco de Crédito da Contraparte				
Valores em R\$ Milhares	jun/17	set/17	dez/17	mar/18
Valor positivo bruto dos contratos	688.245	644.847	639.963	615.280

## RISCO DE MERCADO

### DEFINIÇÃO

De acordo com a Resolução 3.464 do Banco Central do Brasil, define-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, nas operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

### **POLÍTICA**

A política de risco de mercado é desenhada para proteção das operações de crédito. Portanto, não faz parte da estratégia do Banco realizar especulações direcionais em função de mudanças de cenário econômico. Todas as oscilações de risco de mercado são minimizadas em relação à flutuação de taxas de juros. Sendo assim, através do uso de hedge, a exposição é mantida em nível compatível com a natureza das operações do Banco e com o seu apetite por riscos.

Pela natureza das operações contidas nas carteiras ativas e passivas, os riscos predominantes são o prefixado, o CDI, o SELIC e o cupom de TR.

Existe ainda, mas em menor grau, o risco de cupom de índices de preço. A política define níveis máximos tolerados para a exposição aos fatores de risco. Estabelece ainda quais ferramentas de controle e de monitoramento serão usadas para garantir a manutenção de baixa exposição ao risco de mercado. Também define a forma de mitigação que deve ser usada para estratégias de Hedge.

### **LIMITES OPERACIONAIS**

Os limites estabelecidos para risco de mercado são de 2% em relação ao valor de Patrimônio de Referência para períodos “normais”, e 3% para períodos de “stress”. Em ambos os casos, a medição é feita por VaR paramétrico, com intervalo de confiança de 99% e 95% e “Holding Period” de 10 e 60 dias.

Estes valores de limite foram definidos previamente com base nos históricos de exposição do banco e em seu apetite por riscos.

## **RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III**

A Área de Riscos e Controles Internos disponibiliza relatórios gerenciais periódicos de controles das exposições à Diretoria e realiza diariamente o monitoramento dos limites operacionais e as posições assumidas pela Tesouraria. E em caso de extrapolação dos limites definidos, o Comitê de Gestão é informado tempestivamente para tomada de medidas cabíveis.

### **METODOLOGIA**

O Banco Rodobens adotou um conjunto de metodologias de análise de sensibilidade, discriminado abaixo, para avaliar o risco de mercado:

- Cálculo do VaR (Value at Risk ou Valor em Risco): valor que representa a perda esperada durante um certo intervalo de tempo, sob condições nomais de mercado com um grau de confiança considerado adequado.
- Simulação do Cenário de Stress (stress test): realizado para estimar possíveis perdas no capital da Instituição (patrimônio) em situações extremas de mercado ou volatilidade. São utilizados como premissas para o cenário de simulação as políticas e limites internos para exposição ao risco, sendo as variáveis para cálculo do VaR os parâmetros fornecidos pelo Bacen, cenários de liquidez e cenários de inadimplência.
- Análise de Sensibilidade: comportamento da carteira do Banco em caso de alteração nas curvas das taxas de juros de cada fator de risco.
- O VaR e o Stress Test são ferramentas complementares para avaliação de risco de mercado: o primeiro reflete o “risco cotidiano” e o segundo reflete o “risco em uma situação de crise”.

### **RISCO DE LIQUIDEZ**

#### **DEFINIÇÃO**

De acordo com a Resolução 4.090 do Banco Central do Brasil, define-se risco de liquidez como:

## RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III

(I) A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

(II) A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

### POLÍTICA

A política de gerenciamento de risco liquidez, aprovada e revisada anualmente, é desenhada para garantir a menor exposição possível sem comprometimento da rentabilidade do Banco. A diretriz organizacional definida pela administração é de gestão de liquidez altamente conservadora e pautada na disciplina de caixa.

Sendo assim, o Banco Rodobens adota como estratégia de “funding” a diversificação de fontes e produtos de captação, com volume necessário para suprir o saldo de suas necessidades de caixa, mantendo sempre caixa livre disponível dentro dos parâmetros de limites aprovadas pelo Comitê de Gestão.

A Área de Riscos e Controles Internos monitora diversos parâmetros de caixa, diversidade de fontes de captação, custo de captação de curto e longo prazo e realiza simulações de cenários prevendo trajetórias de caixa para agir preventivamente quanto ao risco de liquidez.

A política também define como devem ser feitas as simulações de cenário de stress e, em caso de necessidade, as regras para contingência de caixa em situações adversas.

## **RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III**

### **LIMITES**

O Banco Rodobens estabelece “limite mínimo” de caixa, que visa proporcionar maior conforto para a administração da liquidez e consequentemente garantir a capacidade de pagamento dos compromissos.

Caso seja observada condição de não conformidade dos fluxos projetados com a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez e seja detectada dificuldade de adequação desses fluxos às diretrizes estabelecidas, o Comitê de Riscos é imediatamente acionado para definir as medidas necessárias ao reenquadramento do caixa.

### **MONITORAMENTO**

O monitoramento do risco de liquidez observa os seguintes princípios e metodologias:

- Cumprimento da legislação em vigor e das políticas de risco, e utilização das boas práticas bancárias, ética e boa conduta;
- Acompanhamento diário do fluxo de caixa projetado, para monitorar o comportamento dos ativos e passivos no decorrer dos fluxos de vencimentos, tendo assim, uma visão gerencial de possíveis descasamentos futuros e a aderência da política de Caixa com as operações do Banco;
- Limite Mínimo de Caixa para garantir o pagamento das obrigações do Banco;
- Fluxo de Caixa Estressado, onde são aplicados cenários de estresse que envolvem antecipações (resgate antecipado), atrasos e perdas em operações e renovações de operações;



## RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III

- Avaliação diária das operações da carteira, com acompanhamento detalhado das projeções de fluxo de caixa até 252 dias úteis;
- Acompanhamento diário das liquidações de contas a receber;
- Acompanhamento sistemático das operações a fim de evitar descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações;
- Definição de políticas de contingência e planejamento de liquidez;
- Envolvimento da alta administração no monitoramento e tomadas de decisões.

O monitoramento do caixa é realizado diariamente considerando as datas de pagamentos e recebimentos e os valores de todos ativos e passivos, referente a cada prazo. O processo de monitoramento é feito em tempo real para as transações do SPB (da Abertura ao Fechamento do Caixa) e com isso, todos os destaques de movimentação de ativos e passivos ocorridos durante o dia são reportados à Alta Administração.

### PLANO DE CONTINGÊNCIA

O Plano de Contingência do Banco Rodobens prevê alternativas que devem ser aplicadas quando da ocorrência de situação de estresse de liquidez e os efeitos positivos pela aplicação do Plano de Contingência devem ser suficientes para o reenquadramento do caixa dentro dos limites requeridos de liquidez mínima.

As alternativas serão priorizadas em função do momento do mercado ou em função do perfil da carteira de ativos, sendo as principais ações a serem tomadas em estresse de liquidez:

## **RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III**

- Primárias: utilização de limites pré-aprovados para captação de novos recursos, limitação de concessão ou renovação de operações de crédito e/ou aumento do volume de captações junto a empresas ligadas.
- Secundárias: Ceder créditos, estruturar securitização de recebíveis, utilizar linhas com garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) e/ou obter aporte financeiro dos acionistas.

## **RISCO OPERACIONAL**

### **DEFINIÇÃO**

De acordo com a Resolução 3.380 do Banco Central do Brasil, define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiências em contratos firmados pelo Banco Rodobens, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco Rodobens.

O Banco Rodobens aborda o gerenciamento do risco operacional dentro de um processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

### **EVENTOS DE RISCO OPERACIONAL**

Os eventos de risco operacional são agrupados em oito níveis:

- Fraude interna;
- Fraude externa;

## **RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III**

- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Interrupção das atividades da instituição;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para gestão do risco operacional envolve as seguintes fases:

- Mapeamento dos processos, riscos e controles;
- Classificação do impacto e da probabilidade de ocorrência dos riscos mapeados;
- Classificação da efetividade e maturidade dos controles mapeados;
- Avaliação e mensuração dos riscos identificados;
- Monitoramento de Planos de Ação e sua efetividade;
- Registro e análise de ocorrência de não conformidades;
- Registro e análise de eventos de perdas contabilizadas.

## **ALOCAÇÃO DE CAPITAL**

É utilizada para apuração da parcela de capital para cobertura de Risco Operacional do Conglomerado Prudencial a metodologia “Abordagem Padronizada Alternativa”, prevista no artigo 1º da Circular 3.640, de 04/03/2013.

## **RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III MONITORAMENTO**

O monitoramento dos riscos relativo às atividades dos processos operacionais visa garantir que:

- Os riscos operacionais associados as suas atividades sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e minimizados em um nível aceitável, conforme definido pela alta administração;
- A estrutura de controles internos seja permanentemente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, de forma a manter a sua adequação ao cenário atual;
- A implantação de medidas para segregação de funções e/ou monitoramento das atividades.

O gerenciamento do risco operacional está pautado em avaliações preventivas e corretivas em processos e na análise de eventos de perdas potenciais e/ou materializados, visando identificar o nível de exposição aos riscos e a aplicação de medidas mitigatórias, considerando-se o fator humano, processos, sistemas e eventos externos.

### **GERENCIAMENTO DE CAPITAL**

#### **DEFINIÇÃO**

De acordo com a Resolução 3.988, do Banco Central do Brasil, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- (i) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- (iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição; e
- (iv) adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

O Conglomerado Prudencial Rodobens possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com a sua estratégia de atuação, a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

## RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III

O gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado, abrangendo as áreas envolvidas na identificação e avaliação dos riscos relevantes às suas operações, através de processos consistentes que apontam o perfil do risco e o correspondente consumo de capital.

São considerados no gerenciamento de capital os seguintes aspectos: cenário econômico, fatos relevantes, ameaças e oportunidades, ambiente regulatório, condições mercadológicas, metas de crescimento e de participação do mercado, fontes de capital, projeções de crescimento da carteira, das receitas e das despesas que visam monitorar as necessidades de capital frente aos riscos de exposição.

### PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

Apresentamos o detalhamento das informações referentes à evolução do Patrimônio de Referência (PR):

<b>Detalhamento do PR - Conglomerado Prudencial</b>		
<b>Valores em R\$ Milhares</b>	<b>dez/17</b>	<b>mar/18</b>
Patrimônio de Referência	878.006	832.316
PR nível I desconsiderados os Ajustes Prudenciais	1.139.704	1.178.249
(-) Ajustes Prudenciais	261.698	345.933

### DETALHAMENTO DO MONTANTE DE ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA)

Apresentamos a evolução dos ativos ponderados pelo risco RWA (Risk Weighted Assets) do Conglomerado Prudencial:

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III



Risco de Mercado					
Valores em R\$ Milhares	mar/17	jun/17	set/17	dez/17	mar/18
Parcela PJUR (1) – Juros Pré-Fixados	-	-	-	-	-
<b>Total Parcela RWA MPAD</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

RWAopad - Risco Operacional					
Abordagem Padronizada Alternativa					
Valores em R\$ Milhares	mar/17	jun/17	set/17	dez/17	dez/17
Varejo	57.588	57.588	58.915	58.915	57.441
Negociação e Vendas	66.123	66.123	106.330	106.330	130.551
Administração de Ativos	426.306	426.306	404.320	404.320	426.306
<b>Total da Parcela RWA OPAD</b>	<b>550.017</b>	<b>550.017</b>	<b>569.565</b>	<b>569.565</b>	<b>614.298</b>
<b>Montante RWA</b>	<b>3.506.766</b>	<b>3.600.965</b>	<b>3.592.643</b>	<b>3.445.095</b>	<b>4.036.540</b>
Patrimônio de Referência Exigido	331.150	333.089	332.319	318.671	348.152
Risco de Taxa de Juros da Carteira Banking	26.370	17.049	38.118	43.833	110.617

RWAcpad - Risco de Crédito					
Valores em R\$ Milhares	mar/17	jun/17	set/17	dez/17	mar/18
FPR de 2%	77	68	45.435	73	70
FPR de 20%	91.363	23.374	559.942	43.547	37.907
FPR de 35%	-	-	1.410.606	1.174	7.564
FPR de 50%	239.899	303.832	1.043.624	234.562	215.282
FPR de 75%	342.722	344.450	100.159	370.816	386.685
FPR de 100%	-	1.012.167	818.961	1.039.790	1.031.098
FPR de 250%	97.377	103.924	-	100.159	91.863
FPR de 300%	-	-	-	3.834	-
FPR de 1081,08%	974.475	996.529	1.002.861	-	-
FPR de 1250%	-	-	-	818.961	1.378.051
<b>Total Parcela RWA CPAD</b>	<b>1.745.913</b>	<b>2.784.344</b>	<b>4.981.589</b>	<b>2.612.916</b>	<b>3.148.519</b>

**RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III**  
**SUFICIÊNCIA DE CAPITAL**

A avaliação da suficiência de capital do Conglomerado Prudencial tem por objetivo assegurar capital para apoiar o desenvolvimento do negócio. O gerenciamento do capital está alinhado ao planejamento estratégico que considera possíveis mudanças nas condições do ambiente econômico e comercial em que atuamos.

A suficiência de capital do Conglomerado Prudencial é demonstrada mediante a apuração do Índice de Basileia que neste período foi de 20,62%, sendo que para os índices considerando o Capital Nível I e Capital Principal os valores foram de 20,62%.

<b>Conglomerado Prudencial</b>					
<b>Valores em R\$ Milhares</b>	<b>mar/17</b>	<b>jun/17</b>	<b>set/17</b>	<b>dez/17</b>	<b>mar/18</b>
Patrimônio de Referência (PR)	1.038.733	1.012.497	913.113	878.006	832.316
Patrimônio de Referência - Nível I	1.038.733	1.012.497	913.113	878.006	832.316
Capital Principal	1.038.733	1.012.497	913.113	878.006	832.316
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	331.150	350.138	370.437	318.671	348.152
Margem Patrimônio de Referência	681.213	662.359	542.676	559.335	484.164
RBAN	26.370	17.049	38.118	43.833	110.617
Índice de Basileia (art. 6º - inciso VI) (%)	29,01%	28,12%	25,42%	25,49%	20,62%

**COMPOSIÇÃO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL**

<b>Conglomerado Prudencial</b>
Banco Rodobens S.A.
Rodobens Administradora de Consórcios Ltda.
Portobens Administradora de Consórcios Ltda.
BRQualy Administradora de Consórcios Ltda.
Conbr Administradora de Consórcios Ltda.
CNF - Administradora de Consórcios Nacional Ltda.
Rodobens Brasil Participações, Empreendimentos e Negócios Ltda.
BRQualy Participações Ltda.
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado VR
Santander Fundo de Investimento ERBR Renda Fixa Crédito Privado

O Banco Rodobens elabora suas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial e as disponibiliza no seu site ([http://www.rodobens.com.br/GrupoVerdi/rodobensbanco/quem\\_somos.jsp](http://www.rodobens.com.br/GrupoVerdi/rodobensbanco/quem_somos.jsp)).



RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III



ANEXO I

Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR - março/18			
Número da linha	CAPITAL PRINCIPAL - INSTRUMENTOS E RESERVAS	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
001	Instrumentos elegíveis ao capital principal	858.370	-
002	Reservas de Lucro	-	-
003	Outras Receitas e outras Reservas	282.624	-
005	Participação de não controladores em subsidiárias - Não dedutível do Capital Principal	9,02	-
006	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	1.178.249	-
	<b>CAPITAL PRINCIPAL - AJUSTES PRUDENCIAIS</b>		
007	Ajustes prudenciais relativo a Preço Instr. Financeiros	-	-
008	Ágios pagos na aquisição de investimentos - Expectativa de rentabilidade futura	29	-
009	Ativos intangíveis	32.105	-
010	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais - Encerrados até 31.12.1998	5.776	-
011	Ajustes relativos ao valor de hedge de fluxo de caixa	-	-
012	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para IF's que usam IRB	-	-
015	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	-
016	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal	-	-
018	Valor agregado das participações inf. a 10% do CS, que exceda 10% do CP, desconsiderando deduções específicas	83.232	-
019	Participações superiores a 10% do Capital Social de assemelhadas	83.232	-
021	Créditos tributários acima de 10% do CP, desconsiderando deduções específicas	36.745	-
022	Valor que excede a 15% do Capital Principal	-	-
023	Participações no capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas	-	-
025	Créditos tributários de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros para sua realização	40.063	-

1º trimestre de 2018

**RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III**

026	Ajustes Regulatórios	(594.304)	-
026a	Ativo permanente Diferido	-	-
026b	Investimento em dependência, IF controlada no exterior ou entidade não financeira	-	-
026c	Instrumentos de captação elegíveis ao CP emitidos por IF aut.func. pelo BC ou IF Exterior - não conglomerado	(166.463)	-
026d	Aumento de capital social não autorizado	-	-
026e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	-
026f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	-
026g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	34	-
026h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	-
026i	Destaque do PR	-	-
026j	Outras diferenças residuais de apuração do CP para fins regulatórios	(427.807)	-
027	Ajustes regulatórios aplicados ao CP por insuficiência do CC e de Nível II para cobrir deduções	-	-
028	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	(353.186)	-
029	Capital Principal	1.687.930	-
<b>CAPITAL COMPLEMENTAR - INSTRUMENTOS</b>			
030	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	-	-
031	Capital Social	858.370	-
032	Passivo	-	-
033	Instrumentos autorizados a compor o CC antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
034	Participação de não controladores em subsidiárias do conglomerado, não dedutível do CC	-	-
035	Instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Res. 4.192 de 2013	-	-
036	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	-	-
<b>CAPITAL COMPLEMENTAR - DEDUÇÕES REGULATÓRIAS</b>			
037	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar	-	-
039	Valor agregado das participações inferiores a 10% do CS de inst. aut. a func. pelo BC ou IF exterior	-	-
040	Participações superiores a 10% do CS de inst. aut. a func. pelo BC ou IF exterior	-	-
041	Ajustes regulatórios nacionais	-	-

**RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III**

041a	Instrumentos de captação elegíveis ao CC emitidos por IF aut.func. pelo BC ou IF Exterior - não conglomerado	-	-
041b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-	-
041c	Outras diferenças residuais de apuração do CC para fins regulatórios	-	-
042	Ajustes regulatórios aplicados ao CC em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-	-
043	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	-
044	Capital complementar	-	-
045	Nível I	-	-
<b>NÍVEL II - INSTRUMENTOS</b>			
046	Instrumentos elegíveis ao Nível II	-	-
047	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-
048	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II	-	-
049	Instrumentos emitidos por subsidiárias antes da Res. 4.192/13	-	-
050	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-	-
051	Nível II Antes das Deduções	-	-
<b>NÍVEL II - DEDUÇÕES REGULATÓRIAS</b>			
052	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II	-	-
054	Valor agregado das participações inferiores a 10% do CS de inst. aut. a func. pelo BC ou IF exterior	-	-
055	Participações superiores a 10% do CS de inst. aut. a func. pelo BC ou IF exterior - não conglomerado	-	-
056	Ajustes regulatórios nacionais	-	-
056a	Instrumentos de captação emitidos por inst. aut. a func. pelo BC ou IF exterior	-	-
056b	Participação de não controladores no Nível II	-	-
056c	Outras diferenças residuais de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	-
057	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	-
058	Nível II	-	-
059	PR (Nível I + Nível II)	832.316	-

**RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL – PILAR III**


060	Total de ativos ponderados pelo risco RWA	4.036.540	-
061	Índice de Capital Principal (ICP)	20,62	-
<b>ÍNDICES DE BASILÉIA E ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL</b>			
062	Índice de Nível I (IN1)	20,62	-
063	Índice de Basileia (IB)	20,62	-
064	Requerimento mínimo de Capital Principal, incluindo os adicionais de capital (% dos RWA)	4,50	-
065	Adicional para conservação de capital	-	-
066	Adicional contracíclico	-	-
068	Capital Principal disponível para suprir o requerimento do Adicional de CP (% dos RWA)	-	-
<b>MÍNIMOS NACIONAIS</b>			
070	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	6,00	-
071	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	8,625	-
<b>VALORES ABAIXO DO LIMITE PARA DEDUÇÃO (NÃO PONDERADOS PELO RISCO)</b>			
072	Valor agregado das participações inferiores a 10% do CS de assemelhadas a IF não consolidadas	-	-
073	Participações superiores a 10% do CS de assemelhadas a IF não consolidadas	-	-
075	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	-	-
078	Provisões elegíveis ao Nível II relativas a exposições sujeitas ao requerimento de capital - IRB	-	-
<b>LIMITES À INCLUSÃO DE PROVISÕES NO NÍVEL II</b>			
079	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-	-
<b>INSTRUMENTOS AUTORIZADOS A COMPOR O PR ANTES DA RES. 4.192/13 - ENTRE 01/10/13 E 01/01/22</b>			
082	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da Res. 4.192/13	-	-
083	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-	-
084	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da Res. 4.192/13	-	-
085	Valor excluído do Nível II devido ao limite	-	-